

AMAZÔNIA Sistema de licenciamento rural introduzido em 99 reduziu desmatamento em áreas de floresta, afirma estudo

Fotos de satélite freiam devastação em MT

Editoria de Arte/Folha Imagem

CLAUDIO ANGELO
EDITOR-ASSISTENTE DE CIÊNCIA

Que ninguém mais alegue razões técnicas para não controlar o desmatamento na Amazônia. Um estudo concluído neste mês mostra que pouco dinheiro e uma tecnologia disponível há mais de 20 anos —imagens de satélite— estão ajudando a frear a destruição em Mato Grosso, um dos Estados onde mais se desmata na região.

O trabalho foi realizado pelo ecólogo Philip Fearnside, do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Ele mostrou que o desmatamento em áreas de floresta em Mato Grosso caiu 31,9% no biênio 2000-2001 em relação a 1998-1999, quando foram desmatados 638 mil hectares anuais.

Segundo Fearnside, a queda é em parte resultado da implantação pelo Estado, em 1999, de um sistema de licenciamento de propriedades rurais que usa sensoramento remoto para descobrir se os fazendeiros estão realmente desmatando aquilo que declaram.

O sistema foi implantado pela Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente), com recursos provenientes do PPG-7 (Programa-Piloto de Proteção às Florestas Tropicais), do governo federal, que tem verbas do grupo dos sete países mais ricos do mundo para a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia e na mata atlântica.

Com o novo esquema de licenciamento, as infrações —desmatamento na reserva legal ou queimadas fora de época, por exemplo— aparecem na fotografia de

satélite da propriedade, mantida numa base de dados do órgão estadual de fiscalização. O proprietário não tem como mascarar o dado e a multa já sai pronta da Fema, o que evita a corrupção dos fiscais (veja o quadro à dir.)

No biênio 98-99, a Fema detectou uma queda de 24% na taxa de desmatamento no Estado, o que deixou o Ministério do Meio Ambiente animado a ponto de querer estender a experiência aos outros Estados da Amazônia.

Naquele período, no entanto, não foi possível isolar os efeitos do licenciamento sobre a taxa total. Fearnside acredita que a tendência, em 2000/2001, seja mais clara.

Fronteira agrícola

A análise do pesquisador mostrou acentuação do declínio nas taxas de desmatamento no Estado, enquanto no resto da Amazônia a tendência era de elevação.

Uma das razões para a diferença é cruel: Mato Grosso, que responde sozinho por quase metade do desmatamento na região amazônica, não tem mais muito o que derrubar. “Em algumas partes do Estado estava se esgotando a floresta viável para desmatar”, afirma Fearnside, 55, um americano que vive na Amazônia há 26 anos.

O outro motivo, segundo o ecólogo, pode ser a reação dos produtores, especialmente os grandes proprietários —que possuem áreas maiores que cem hectares— ao licenciamento. “Claro, não dá para afirmar que tantos hectares foram salvos pelo novo sistema”, diz. “Mas o fato de que no resto da Amazônia [o desma-

COMO FUNCIONA O LICENCIAMENTO

Infrações ambientais em Mato Grosso são detectadas por satélite

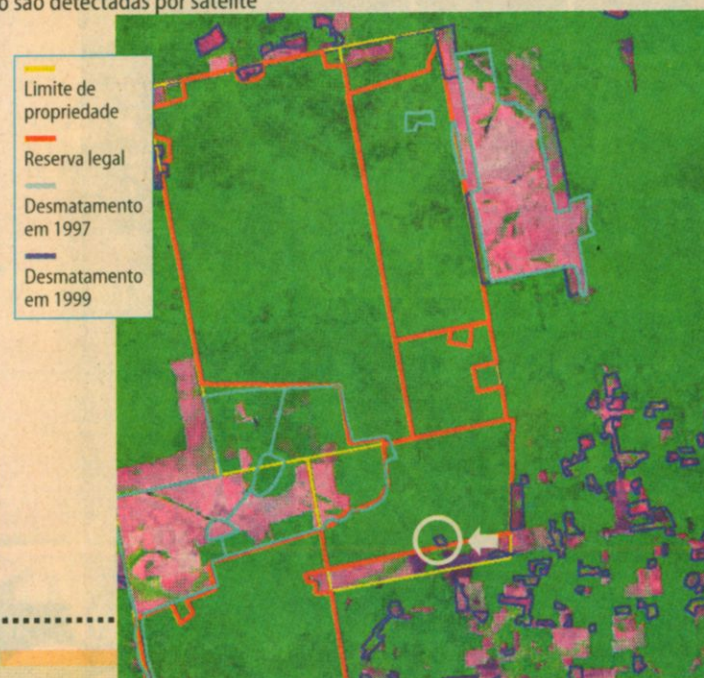
1 Para obter a licença, o proprietário entrega à Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente) um CD-Rom com um mapa de satélite da sua propriedade

2 O mapa deve indicar a área a ser explorada, a reserva legal e as áreas de preservação permanente, como matas à margem de cursos d'água

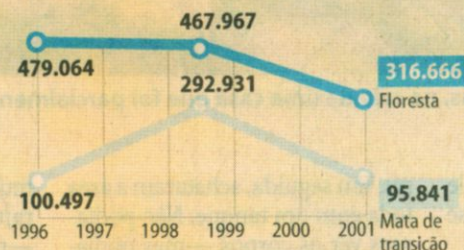
3 Sobrepondo o mapa recebido com imagens de satélite, o órgão fiscalizador pode verificar se o proprietário desmatou onde não devia

4 A imagem ao lado mostra uma dessas sobreposições, que compara desmatamentos numa mesma propriedade em 1997 e 1999. A seta (à dir.) indica uma infração (desmatamento dentro da reserva legal) em 99

5 Detectada a irregularidade, o fiscal vai até a propriedade com a multa pronta, o que dificulta a corrupção



Tendência de desmatamento no Estado



Queda no desmatamento

Em 2000/2001 em comparação com 1998/1999, em %



tamento] subiu e em Mato Grosso caiu é um indício de que algo está acontecendo”, continua.

O principal argumento do estudo em favor da segunda razão para a queda é o fato de que a perda

de vegetação sofreu queda nas áreas de fronteira de soja, cujo plantio é a principal atividade econômica do Estado.

No município de Ipiranga do Norte (centro do Estado), na fren-

te nova da sojicultura, o desmatamento caiu de 17,2 mil ha para 12,8 mil ha. Em Rondonópolis (sudeste), houve um ligeiro aumento —de 364 ha para 416 ha.

Isso não impediu, no entanto,

que alguns latifundiários avançassem o sinal. “Tem coisas bárbaras acontecendo”, diz Fearnside. Entre 2000 e 2001, uma única clareira de 10 mil hectares apareceu em Rondolândia, perto da divisa com Rondônia. “O proprietário tinha pedido licenciamento para um pedaço pequeno da área. Não sabia que iria ser pego.”

Ferramenta

Para o biólogo Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), o sistema de Mato Grosso mostra que, embora tecnologia não seja tudo, existem ferramentas para controlar o desmatamento —e obter dividendos políticos. “O Estado quebrou o paradigma de aumento do PIB associado ao desmatamento, e o governo local já está usando isso politicamente”, diz.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, está implantando o sistema em dois outros Estados-problema: Rondônia e Pará. Em ambos, no entanto, o peso político dos fazendeiros pode ser um fator complicador.

“Há riscos, porque a questão política foi fundamental em Mato Grosso”, afirmou a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti. O governo do Estado, ali, tem garantido uma certa liberdade de ação à Fema.

Por isso, diz Allegretti, a implantação do licenciamento —que custou R\$ 6 milhões em Mato Grosso— foi imposta pelo ministério nesses Estados. “Não se esperava o mesmo grau de comprometimento”, disse.